

MÃES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM ESTUDO COMPARADO SOBRE AS MÃES DA PRAÇA DE MAIO E OS CLUBES DE MÃES DA ZONA SUL DE SÃO PAULO

Juddy Garcez Moron¹

Resumo: O período ditatorial no Brasil e na Argentina foi marcado tanto pela opressão, quanto pela resistência. Muitos movimentos sociais surgiram nesse contexto, destacando-se, dentro deles, os agrupamentos de mães. Pensando especificamente nesses grupos, o objetivo desse trabalho é, então, fazer uma análise das Mães da Praça de Maio e os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo através de um estudo comparado, onde serão observados os perfis dessas mães, o surgimento desses grupos e a caracterização das demandas dessas mulheres. O presente texto é fruto de uma pesquisa ainda em desenvolvimento e justifica-se ser estudado devido a necessidade que há em se debater onde estão as mães nos movimentos sociais. Para tanto, como caminho metodológico, realizou-se a leitura crítica do surgimento desses grupos a partir do período ditatorial, tanto na Argentina como no Brasil, através de fontes secundários e de auxílio bibliográfico, fragmentando-se o artigo em três seções: contextualização histórica, perfil das mães e formação dos grupos e natureza das reivindicações e formas de atuação.

Palavras-chave: Movimentos sociais; grupos de mães; Mães da Praça de Maio; Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo.

MADRES EN MOVIMIENTOS SOCIALES: UN ESTUDIO COMPARATIVO DE LAS MADRES DE LA PRAÇA DE MAIO Y LOS CLUBES DE MADRES DE LA ZONA SUR DE SÃO PAULO

Resumen: El período dictatorial en Brasil y Argentina estuvo marcado por la opresión y la resistencia. Muchos movimientos sociales surgieron en este contexto, destacando dentro de ellos las agrupaciones de madres. Pensando específicamente en estos grupos, el objetivo de este trabajo es, entonces, hacer un análisis de las Madres de Plaza de Mayo y los Clubes de Madres de la Zona Sur de São Paulo a través de un estudio comparativo, donde se observarán los perfiles de estas madres, el surgimiento de estos grupos de madres y la caracterización de las demandas de estas mujeres. Este texto es el resultado de una investigación aún en desarrollo y está justificado para ser estudiado debido a la necesidad de discutir dónde están las madres en los movimientos sociales. Por lo tanto, como camino metodológico será hecho la lectura crítica de la aparición de estos grupos desde el período dictatorial, tanto en Argentina como en Brasil, a través de fuentes secundarias y ayuda bibliográfica, dividió el artículo en tres secciones: contextualización histórica, perfil de las madres y formación de grupos y naturaleza de los reclamos y formas de actuar.

Palabras clave: Movimientos Sociales; Grupos de madres; Madres de la Plaza de Mayo; Club de Madres de la Zona Sur de São Paulo

MOTHERS IN SOCIAL MOVEMENTS: A COMPARATIVE STUDY OF THE MOTHERS OF PRAÇA DE MAIO AND THE MOTHERS CLUBS OF THE SOUTH ZONE OF SÃO PAULO

Abstract: The dictatorial period in Brazil and Argentina was marked by both oppression and resistance. Many social movements emerged in this context, among them the groupings of mothers. Thinking specifically about

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Faculdade do Instituto Nacional de Pós-Graduação (INPG). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Email: juddygarcez@hotmail.com

these groups, the objective of this work is, then, to make an analysis of the Mothers of May Square and the Mothers Clubs of the South Zone of São Paulo through a comparative study, where it will be observed the profiles of these mothers, the emergence of these groups of mothers and the characterization of the demands of these women. This text is the result of a research still under development and is justified to be studied due to the need to discuss where mothers are in social movements. Therefore, as a methodological path, the critical reading of the emergence of these groups from the dictatorial period was carried out, both in Argentina and Brazil, through secondary sources and bibliographic help, breaking the article into three sections: historical contextualization, profile of mothers and formation of groups, nature of claims and ways of acting.

Keywords: Social movements; Groups of mothers; Mothers of May Square; Mothers Club of the South Zone of São Paulo

1. Introdução

Muito se fala acerca das ditaduras brasileira e argentina. Os estudos acerca dos regimes ditatoriais e até mesmo dos grupos de resistência são vastos. Entretanto, nesse mesmo contexto há outros grupos menos ou quase nada explorados. Movimentos de mulheres, em sua maioria, que foram pouco abordados se comparados aos grupos de resistência e guerrilha de forma mais ampla.

No que tange aos movimentos de mulheres, há uma grande variedade deles. A maioria militava, nesse cenário e ainda hoje, em uma luta feminista, trazendo questionamentos sobre uma multiplicidade de assuntos. Nesse contexto, a queda do regime ditatorial, o fim da tortura e do desaparecimento e morte de opositores do governo, bem como a restauração da democracia figuravam como pauta essencial desses movimentos.

Contudo, outras mulheres, em diferentes realidades, ainda que inseridas nesse mesmo momento histórico, formavam grupos que exigiam, frente ao Estado, serem ouvidas. Essas mulheres são mães que organizavam encontros e que, posteriormente, associaram-se em diferentes movimentos. No presente estudo, os dois grupos de mães escolhidos para uma análise comparada são os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e as Mães da Praça de Maio.

O presente artigo é fruto de uma pesquisa em andamento, portanto não objetiva esgotar o assunto, mas antes fazer uma breve discussão acerca das diferenças e semelhanças entre as mulheres que faziam e/ou fazem parte dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e das Mães da Praça de Maio. A principal justificativa dessa análise se dá na necessidade de há de se debater o lugar das mães nos movimentos sociais, bem como a compreensão dessa luta, tendo em vista que ainda hoje a maternidade é vista como uma sina da mulher e abordada de maneira acrítica em diferentes estudos.

Para cumprir com o objetivo, o método escolhido foi a leitura crítica sobre os grupos aqui estudados, pautada na bibliografia do tema e em fontes secundárias. O artigo está dividido em três seções, sendo a primeira uma breve contextualização histórica; a segunda uma análise acerca da formação dos grupos e perfil das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e das Mães da Praça de Maio; e a terceira, observações acerca da caracterização das demandas e atuação das mulheres partes desses dois grupos.

2. Contextualização histórica

A América Latina foi marcada por um período ditatorial nas décadas de 60 e 70, concomitantemente a um cenário internacional marcado pela Guerra Fria. Com o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo foi dividido em duas grandes zonas de influência: a estadunidense e a soviética. Nessa ordem bipolar, alguns fatores foram determinantes para a atitude dos Estados Unidos com relação a América Latina: a necessidade de manutenção de sua influência na área, a vitória da Revolução Cubana e a derrota sofrida na Guerra do Vietnã. (MARCOS, 2008)

Conforme apontado por Rapoport e Laufer (2000), o cenário internacional foi marcado, nessa conjuntura, pelo crescente protagonismo dos países “terceiro-mundistas” através de um amplo movimento anti-imperialista, anticolonialista e pela formação do Movimento dos Países Não-Alinhados. Simultaneamente a esses acontecimentos, os blocos estadunidense e soviético enxergavam em si fissuras profundas e de difícil remediação.

O território latino-americano configurava um ponto específico da disputa dicotômica entre as forças estadunidenses e russas. A economia atrasada e a disparidade entre as relações econômicas firmadas com as grandes potências resultaram, já na década anterior, na eclosão de uma ampla mobilização social em vários países dessa região. Propostas políticas que abordavam o nacionalismo e o populismo, em maior ou menor escala, questionavam o subdesenvolvimento e a dependência, oferecendo novos caminhos na busca por avanços econômicos e sociais. (RAPOPORT; LAUFER, 2000)

A Revolução Cubana de 1959, que teve como resultado a vitória de um modelo contrário ao estadunidense, causou grandes impactos na América Latina. A partir desse momento a atenção de Washington voltou-se de forma mais intensa para região, que cada vez mais demonstrava a presença de insurreições sociais heterogêneas, com grupos reformistas ou revolucionários. A propensão ao nacionalismo econômico de alguns governantes também figurava como cerne da preocupação dos Estados Unidos, tendo alguns dirigentes relacionado essas tendências latino-americanas a uma penetração soviética no território, identificando o acontecimento como uma “infiltração comunista”. (RAPOPORT; LAUFER, 2000)

A política externa estadunidense foi, então, endurecida. Tendo como base sua doutrina ideológica, os Estados Unidos firmaram pactos bilaterais de assistência que serviram para

financiar operações de golpes encobertos no Brasil e na Argentina. Com a intensificação da escalada militar norte-americana no Vietnã e com o aprofundamento do confronto bipolar, os países latino-americanos se viram ainda mais cativos da Guerra Fria. (RAPOPORT; LAUFER, 2000)

A dimensão continental das políticas norte-americanas para os países do Cone Sul se traduziu em uma generalizada adoção por suas Forças Armadas da doutrina militar propugnada a partir do National War College, centrada no combate ao “inimigo interno”. Os Exércitos latino-americanos deveriam reforçar sua função de garantes da ordem econômica e social. A “defesa do mundo ocidental” – sob a coordenação dos E.U. A – substituiu o princípio da defesa nacional, cujos interesses eram identificados com os da potência líder do “mundo livre”. (RAPOPORT; LAUFER, 2000, p.71)

Os Estados Unidos criaram, então, uma espécie de ideologia, a Doutrina da Segurança Nacional (DSN). As ditaduras militares foram inseridas, então, nesse cenário: ligavam-se a um modelo econômico político, social e cultural verticalizado, que visava suprimir a participação popular nas decisões políticas. Segundo Marcos (2008, p.89, tradução minha) “Para implantação desse modelo foram utilizados os exércitos latino-americanos, que o impôs através do uso do terrorismo de Estado.”

Foi possível, através da DSN, redefinir quem era o inimigo passível de perseguição e eliminação. A ideia de um “inimigo interno” foi amplamente difundida, sendo apregoada no imaginário social como a busca pelo fim do “fantasma do comunismo”. No Brasil, Argentina, Chile e Uruguai passou-se, então, a busca por expurgar determinados indivíduos e grupos sociais que maculavam os “valores tradicionais”, a serem entendidos como família, religião, propriedade privada e a própria ordem instituída. (MARCOS, 2008).

Segundo Azevedo e Sanjurjo (2013), as Doutrinas de Segurança Nacional eram voltadas para o combate à oposição política. Esses grupos opositivos relacionavam-se e/ou eram relacionados a “esquerda internacional”. Esses movimentos, por vezes considerados subversivos e/ou esquerdistas, eram também compreendidos para além de adversários: eram inimigos internos. Diferentes e irrestritos métodos de repressão foram empregados ao longo de toda a América Latina, sendo a violência a principal ferramenta de despersuasão de conflitos políticos.

Os regimes ditatoriais latino-americanos utilizaram-se de práticas de tortura, assassinato, desaparecimento forçado e prisão arbitrária e ilegal. O caso argentino ficou marcado pelo uso sistemático do “desaparecimento” como forma repressiva. “Documentação

produzida pelos sistemas de segurança e informação desses países também confirma a existência de uma aliança militar transnacional na região desde o início da década de 1970, que trocou informações e realizou ações repressivas conjuntas.” (AZEVEDO; SANJURJO, 2013, p.308, tradução minha)

Observando os casos brasileiro e argentino, para além das suas especificidades nacionais históricas, políticas, sociais e econômicas, é possível perceber que há uma base comum nos dois regimes ditatoriais: a influência da diplomacia e da inteligência estadunidenses nos processos que levaram aos golpes de Estado em 1964 e 1966 no Brasil e na Argentina respectivamente. (RAPOPORT; LAUFER, 2000)

Ainda que os casos tenham alguns pontos em comum, é preciso examiná-los separadamente. No Brasil, o cenário político mudou drasticamente após a renúncia do presidente Jânio Quadros e a consequente entrada de João Goulart, o sucessor, no poder. As reformas de base, prometidas por Goulart, deram força para a atuação de grupos sociais e organizações sindicais. No contexto econômico, apesar da alta inflação, as centrais sindicais conquistaram um importante aumento no salário dos trabalhadores. Enquanto isso, no campo, foram criadas as Ligas Camponesas, responsáveis por disseminar a luta por melhores condições no âmbito rural, almejando a Reforma Agrária. (DINIZ, 2018)

Contudo, um golpe era gestado no país. Descontente com a possibilidade de reformas que Goulart fomentava em seu governo, os militares, derrubaram o presidente. “A instauração da ditadura militar, em abril de 1964, acarretou radical mudança na política. A repressão atingiu as forças populares organizadas (...) Presídios foram inaugurados para colocar os que se opunham a ‘Revolução de 64’.” (TELES, 1993, p.55).

Uma parcela do grupo de intelectuais, cientistas e até membros do governo deposto optaram pelo exílio ou pela clandestinidade. A maior parte das pessoas atingidas pela repressão política foi processada por participação em atividades entendidas pelo governo como clandestinas em organização partidárias. (TELES, 1993) A ditadura brasileira foi caracterizada pela censura, perseguição, prisão e tortura de pessoas que eram consideradas pelo governo como rebeldes e opostas ao regime. (DINIZ, 2018)

Já no que diz respeito ao caso argentino, a tomada de poder se deu em junho de 1966. Com a queda do então presidente Arturo Illia e a subida de Juan Carlos Onganía ao poder, o regime militar foi estabelecido no país. Esse governo durou quatro anos, mas, após intensa

oposição popular, teve seu fim com a ascensão de Roberto Levingston a presidência. A pressão do povo continuou crescendo, forçando uma nova mudança presidencial. O general Alejandro Lanusse, então, subiu ao poder um ano depois da tomada de posse de Levingston, tendo ali ficado até 1973, quando a revolta da sociedade argentina se mostrava ainda mais intensa e ele se viu forçado a convocar novas eleições. (MACHADO; NÓBREGA, 2016)

Apesar da proibição da candidatura de Juan Perón, o candidato vencedor abdicou do cargo e, com isso, abriu espaço para um novo pleito, cuja vitória foi dada a Perón. Contudo, oito meses após assumir o cargo, Perón morre e sua vice, María Estela Martínez de Perón assume o poder, sendo destituída da presidência após um novo golpe em março de 1976. Esse novo sistema ditatorial diferenciava-se do outro a partir da sua gestão: era coordenado por uma junta militar formada por membros dos três setores das Forças Armadas. Quatro juntas assumiram o poder entre 1976 e 1983. (MACHADO; NÓBREGA, 2016)

O período ditatorial argentino é tido como um dos mais violentos entre aqueles estabelecidos na América Latina. Milhares de pessoas, consideradas opositoras ao regime, foram presas, exiladas, torturadas e executadas. (MACHADO; NÓBREGA, 2016). “Ao contrário de ocultar a repressão — como aconteceu no Brasil —, os militares argentinos pareciam seguros de que obteriam o apoio da sociedade à repressão.” (FICO, 2013, p.244) No Brasil, os militares tentaram ocultar a repressão utilizando-se da tática de censura, causando um problema de percepção, de experiência social, onde foi ocultada da sociedade a luta armada e a profunda violência cometida pelo Estado. (FICO, 2013)

É preciso pontuar que, muito embora os períodos ditatoriais no Brasil e na Argentina tenham ocorrido de forma quase que simultânea e extremamente violenta, conforme já demonstrado, as configurações se deram de formas distintas. Ou seja, ainda que os golpes tenham sido fomentados por grupos análogos, a aplicação – e a sua consequente resposta popular – ocorreram de diversas maneiras.

As movimentações sociais e as revoltas de determinados grupos que marcaram o cenário político opositor da época, tanto no Brasil quanto na Argentina, foram articulados por diferentes grupos de pessoas. Formações de mulheres, grupos sindicais e estudantis permearam esse contexto. Dentre esses agrupamentos, é possível destacar aqueles formados por mães, que são o foco do presente estudo. Foi durante o regime militar no Brasil e na Argentina que foram criados os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e o movimento das Mães da Praça de Maio. A fim de compreender as principais semelhanças e diferenças entre os dois grupos, nas

próximas seções serão examinadas as formações desses movimentos, bem como suas reivindicações.

3. Formação dos grupos e perfil das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e das Mães da Praça de Maio

Conforme visto na seção anterior, o surgimento dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e das Mães da Praça de Maio se deu em um momento extremamente conturbado e marcado por forte repressão estatal. No contexto mais amplo, Brasil e Argentina viviam regimes ditatoriais, sistemas esses que serviam não apenas para corroborar a opressão social feminina, como para acentuá-la.

Muitos estudos tratam acerca da luta feminista nesse cenário. Segundo Veiga (2007), no contexto pós-golpe, feministas brasileiras e argentinas buscaram estratégias de atuação a fim de evitar o desaparecimento de suas lutas e de causas pelas quais elas militavam, que iam além daquele momento específico onde os governos de direita se encontravam no poder em quase toda a região latino-americana.

Entretanto, outras mulheres, que não necessariamente se identificavam com o feminismo, participaram da formação de movimentos sociais na época. Dois grandes exemplos de luta das mulheres que não militavam por demandas especificamente feministas são os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e as Mães da Praça de Maio.

Analisando o caso brasileiro, é preciso notar que os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo tiveram seu surgimento na periferia. De acordo com Taschner e Bógus (2001), o padrão de crescimento do município de São Paulo tem sido, desde a década de 40, o expansionismo daqueles considerados como “feridas” urbanas rumo a periferia. A periferia é associada, portanto, a um ambiente de carências, a loteamentos irregulares ou ilegais e a casas feitas à mão pela própria população.

Esse movimento que veio da periferia paulistana surgiu principalmente a partir da não conformação dessas mulheres com o silêncio perante as situações que ocorriam naquele momento. É preciso ressaltar, contudo, que a iniciativa dos clubes surgiu de senhoras de classe média que foram morar na região de Taboão da Serra, Zona Sul de São Paulo. Elas desejavam

capacitar a mão-de-obra para afazeres da casa frente a nova realidade dos eletrodomésticos. (AZEVEDO; BARLETTA, 2011)

Observo que o Clube de Mães surgiu tendo por princípio uma perspectiva assistencialista de senhoras da classe média que eram associadas do Lions Clube. Mas com o tempo ele acabou se dinamizando, extrapolando as funções pensadas inicialmente, criando um movimento de cunho social, político, religioso e contestatório em relação à realidade excludente das famílias dessas mulheres. (DINIZ, 2018, p.19)

Essas mulheres, percebendo que não faziam parte de uma elite de mulheres brancas que compunham, dentre outras pessoas, a classe média paulistana, passaram a enxergar as problemáticas que permeavam suas vidas. (DINIZ, 2018) Em um processo de mobilização política e religiosa, grupos de mães e donas de casa, que se organizavam em clubes de mães, associações ou sociedades de amigos de bairro, começaram a formar, através de questionários e abaixo-assinados, um movimento que objetivava o levantamento de seus principais problemas, bem como a decisão de encaminhá-los. “Suas primeiras preocupações foram manifestadas em cartas públicas, lidas primeiramente em algumas paróquias, durante as missas de domingo.” (TELES, 1993, p.75)

Com relação exclusivamente aos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo, as mulheres que participavam dessas movimentações sofriam opressões similares, sendo muitas delas violentadas pelos maridos. Outros fatores que marcavam esses grupos eram a pobreza e a falta de perspectiva devido ao papel social a eles impostos, principalmente no que tange a família, o racismo e a classe, bem como relegação das mulheres a funções domésticas. (DINIZ, 2018)

Partindo agora para a nomeação dessas mulheres, e sabendo que a presente pesquisa não pretende esgotar o assunto, algumas figuras de destaque dentro do movimento serão abordadas. Dentre os principais nomes do movimento, destacam-se Odete Marques, integrante do Clube de Mães da Vila Remo; Cecília Hansen, uma religiosa belga; Irmã Rosseto Passon; Maria de Souza Reis, uma das fundadoras, posteriormente, do Partido dos Trabalhadores (PT) na região sul de São Paulo; Maria Cecília Luna, conhecida como Dona Lurdes; Benedita Evangelista; Neide de Fátima Martins, enfermeira e militante do Clube de Mães; Ana Dias, esposa do operário Santo Dias (assassinado pela polícia em um piquete de greve em outubro de 1979). (DINIZ, 2018)

Conforme apontado por Azevedo e Barletta (2011), a partir da década de 1970, essas mulheres – e muitas outras – formaram os clubes de mães, integrando-se ao todo do trabalho comunitário da Igreja Católica nos bairros populares. Com o passar do tempo e a divulgação

das reuniões, que muitas vezes ocorria oralmente na própria comunidade paroquial, os grupos foram crescendo e se articulando. As mulheres, que vivenciavam experiências comuns tanto por partilharem a condição da maternidade quanto da presença periférica, passaram a ter uma coordenação regional, permitindo e fomentando o surgimento de outros clubes.

Se por um lado a formação dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo se deu com base nas vivências de classe, raça e gênero dessas mulheres, o surgimento das Mães da Praça de Maio, anda que no mesmo contexto histórico, ocorreu de forma diferente. Em um regime ditatorial marcado por um número significativo de desaparecimentos, as Mães da Praça de Maio protagonizaram a primeira manifestação pública contra a ditadura militar na Argentina. (CASTELLI, 2012)

As Mães da Praça de Maio eram compostas, principais, por mulheres cujos filhos haviam sido presos por órgãos da repressão ditatorial e se encontravam desaparecidos. Alguns nomes de destaque na formação inicial do grupo de 14 mulheres são Azucena Villaflor de De Vicenti, Maria Adela Gard de Antokoletz, María Ponce de Bianco, Beatriz Aicardi de Nauhaus e María del Rosario Carballada Cerruti. A primeira manifestação dessas mães ocorreu no dia 30 de abril de 1977, um domingo, na Praça de Maio, em prol da reclamação de seus filhos desaparecidos. A partir de então, os encontros passaram a ocorrer às quintas-feiras e o grupo aumentou ainda mais. Mulheres como Hebe Pastor de Bonafini, Nora de Cortiñas, María Esther de Careaga, Juana Meller de Pargament e Angélica Sosa Mignone juntaram-se aos atos, auxiliando na constituição e consolidação do movimento. (DE PAULA, 2016)

De acordo com Castelli (2012), o grupo original era formado por mulheres vindas de diferentes classes socioeconômicas, que, a partir dessas distintas camadas sociais, deixavam suas casas para ir à luta na praça. Em uma análise que a autora faz do texto de Gorini (2006), é possível observar que Maria Adela vinha de uma família tradicional, bem-educada, enquanto Hebe de Bonafini cresceu em um bairro de operários, tendo sua infância marcada por afazeres domésticos. “Há diferença entre os dois exemplos, por mais que careça de maiores informações e detalhes, é possível demonstrar dois universos distintos, duas mulheres advindas de classes diferentes que acabaram em circunstâncias parecidas perdendo seus filhos” (CASTELLI, 2012, p.8)

As Mães da Praça de Maio contavam com donas de casa, costureiras e secretárias, pertencentes, em sua maioria, às famílias de trabalhadores, mas também advindas de classe média. “Mulheres que viveram em um contexto caracterizado pela ascensão de duas forças

político-partidárias, o radicalismo e o peronismo, entre as décadas de 1920 e 1970, e pela hegemonia da Igreja Católica.” (DE PAULA, 2016, p. 5) A religiosidade se fazia intimamente presente, sendo a maioria das mães assumidamente devotas. (CASTELLI, 2012)

É pertinente notar que, em um primeiro momento, as Mães da Praça de Maio buscaram se afastar do reconhecimento de seu movimento como político. Não se enxergando como atrizes políticas, elas entendiam que buscavam apenas uma resposta imediata para o desaparecimento de seus filhos, uma forma de resistência diferenciada e pautada na própria socialização da maternidade. Ainda no início, essas mães recebiam a reunião com grupos políticos e partidários, temendo a reversão do foco da luta, a sua politização e possível influência comunista, o que, nesse momento, parecia ser capaz de desvirtuar a real busca pelos seus filhos (CASTELLI, 2012)

É válido pontuar, também, que conforme as diferenças internas apareceram no grupo, houve uma cisão em 1985, tendo as Mães da Praça de Maio se dividido entre “Mães da Praça de Maio Linha Fundadora” e “Associação Mães da Praça de Maio”. De acordo com o último grupo, a separação se deu com base em uma disputa de classes. “Segundo essas, as mães que se retiraram do grupo inicial reproduziam lutas da burguesia, e a divisão do grupo era explicada de forma mais fiel, se interpretada pelo viés da luta de classes.” (CASTELLI, 2012, p.4)

Já no processo de “caracterização” do grupo através do perfil, é bastante interessante analisar como as mães pertencentes à Asociación se denominam (com orgulho e inclusive utilizam esta característica em prol das bandeiras de luta do grupo) mulheres de classes sociais inferiores. Em seus depoimentos, entrevistas e declarações públicas é notória a ênfase aos cuidados “maternos” com setores fragilizados pela sociedade, os grupos de minorias marginalizados pelo sistema capitalista. (...) Associação e Linha Fundadora, advém de uma ruptura socioeconômica, uma possível luta de classes, como em alguns momentos o grupo da Associação sugere. Entretanto, há a possibilidade de afirmar que de fato nem todas eram de classe baixa, média ou alta, e sim que correspondiam a diferentes meios. (CASTELLI, 2012, p.9)

Ao observarmos a formação e o perfil das membras dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e das Mães da Praça de Maio, é possível inferir que o vínculo que essas mulheres possuíam era, portanto, a maternidade de forma mais ampla. No primeiro caso, outros conectores eram as opressões e mazelas com as quais sofriam, e no segundo, o desaparecimento de seus filhos. Assim, a maternidade figurava como ponto central na formação e atuação de ambos os grupos, o fio condutor que pautava suas reivindicações, ainda que essas últimas configurassem diferentes demandas e se dessem através de múltiplas formas de atuação, conforme será visto na seção seguinte.

4. Caracterização das demandas e atuação das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e das Mães da Praça de Maio

De acordo com o que já foi exposto, o fio condutor que liga a formação de ambos os grupos é a maternidade. Segundo Santiago (2019, p.10) “A categoria “mãe” se apresenta como um atributo muito peculiar a essa luta, pois possui um peso ontológico que garante a essas mulheres um caráter político em um processo de subjetivação e visibilização de seus corpos no domínio público.”

É imprescindível ressaltar que a maternidade não é aqui entendida como sendo um “destino” único e final das mulheres. Ela é uma condição pré-existente na vida das mulheres desse grupo que passam a utilizá-la como forma de criação de laços e conquista de legitimidade pública. “A imagem da mãe e das suas dores (a figura tradicional da *mater dolorosa*) funcionou como um agente eficaz nessa busca de solidariedade.” (FREITAS, 2002)

Para Freitas (2002), a identidade dessas mulheres enquanto mães não se sobrepõe as outras, mas coexiste com elas. Essa identidade reside na busca por uma convivência mais solidária, no esforço para a criação de uma ampla rede de apoio mútuo. Ela consiste em uma forma de sobrevivência fundamental da existência dessas mulheres, uma vivência marcada por diferentes formas de violência e opressão e que, em cada um dos grupos, despontou de forma a uni-las.

No contexto em questão, a maternidade é o elemento sobre o qual se apoia toda a legitimidade da luta e, segundo Rita Freitas (2002), é por intermédio da maternidade que as mães se fazem sujeitos visíveis na política. Elas conferem à maternidade outro significado que lhes possibilita a inclusão no mundo público. Historicamente, a maternidade é atrelada a um bem maior em nossa sociedade, um valor supremo e que traz consigo a ideia de uma mãe sofredora (...) (SANTIAGO, 2019, p.11)

Em ambos os casos aqui estudados, é possível observar que as mulheres operacionalizaram a maternidade como forma de união, de organização coletiva em prol de mudanças políticas e/ou do alcance de determinado objetivo. Para entender quais eram as demandas das mulheres dos grupos aqui estudados, é preciso retomar o período histórico onde elas surgiram.

No que tange aos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo, “as demandas sociais desse período eram muitas, não só em relação aos direitos humanos e políticos, mas também no que se referia às necessidades básicas, como alimentação e moradia.” (DINIZ, 2018, p.79). No início, esses grupos de mães serviam apenas como centro de oficinas de artesanato, onde as

mulheres aprendiam crochê, pintura de guardanapo, corte e costura e outras tarefas domésticas. Consoante com o que foi exposto na seção anterior, mulheres de classe média, advindas do Lions Clube, também promoviam nessas oficinas orientações sobre higiene, não passando desses tópicos para a real problematização da desigualdade vivida por essas mulheres. (DINIZ, 2018)

Para entender a luta dos Clubes de Mães é fundamental problematizar a questão da maternidade entre as classes populares, porque é principalmente por meio da preocupação com os filhos e com o bem-estar da família que nascem as pautas sociais comuns a todas as mulheres. (DINIZ, 2018, p.91).

Assim, tão logo houve a ruptura dos grupos de mulheres da periferia com as “ações solidárias” das senhoras de classe média, passou-se a debater, no âmbito desses encontros, a precariedade das habitações, a falta de infraestrutura urbana, o transporte público de má qualidade, baixas condições sanitárias, relacionamentos entre casais e saúde infantil. Os assuntos perpassaram, com o tempo, questões acerca dos baixos salários, da falta de equipamento de saúde nos bairros, água não encanada e ausência de escolas e creches, culminando, por fim, na percepção de que o que ocorria na esfera privada era, também, parte do público: esses temas eram sociais e políticos. (AZEVEDO; BARLETTA, 2011)

As reuniões ocorriam dentro das Igrejas, que eram espaços considerados um pouco mais seguros e menos passíveis de invasão praticada por oficiais do regime. Com esses encontros, essas mulheres deixaram de reproduzir os valores e papéis estabelecidos para as mães a partir daquilo que mulheres brancas, católicas e de classe média definiam. “Nesse sentido, é necessário entender que os enfrentamentos políticos que elas vivenciaram abrangeu perspectivas de classe, gênero e raça, rompendo com o modelo tradicional de formação para mães até então.” (DINIZ, 2018, p.90)

Conforme os debates foram avançando, reflexões acerca do trabalho doméstico, da dupla jornada de trabalho e da frágil inserção feminina no mercado de trabalho foram surgindo. O aprofundamento dessas e de outras discussões já mencionadas anteriormente desvelou a necessidade de ação. A carência de mais escolas, de creche, de melhora no transporte, de um sistema de saneamento básica, entre outras, pautaram a mobilização dessas mulheres. Surgiram, então, o Movimento do Custo de Vida e o Movimento da Luta por Creches. (AZEVEDO; BARLETTA, 2011)

Com relação ao Movimento do Custo de Vida, uma primeira carta-apelo foi lida pelas mulheres dos Clubes de Mães, que passaram a pensar como o problema dos altos custos de vida e dos baixos salários poderiam ser tratados. Através de abaixo-assinados, recolhidos porta-a-porta por essas mulheres, elas conseguiram gerar uma grande mobilização. Essa carta-apelo embasava-se em dados obtidos através de um questionário sobre as condições de vida na periferia. (AZEVEDO; BARLETTA, 2011)

A atuação dessas mães se dava, portanto, a partir da coleta de dados nas comunidades, do recolhimento de assinaturas em abaixo-assinados e da entrega de cartas e dos abaixo-assinados a políticos e governantes, que, por vezes, recusavam-se a receber tal material. No que tange especificamente a luta por creches, com o passar do tempo ela foi organizada em coordenações por bairros, regiões e uma direção central. Com isso, essas mulheres exerceram pressão sobre os órgãos públicos, até que esses criaram um plano para a instalação de creches na capital paulista. (AZEVEDO; BARLETTA, 2011)

Diferentemente da luta das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul, as Mães da Praça de Maio tiveram como base de sua luta não as reivindicações por políticas públicas que atendessem as demandas sociais da comunidade, mas a busca por seus filhos desaparecidos. A falta de respostas suficientes e aceitáveis por parte das autoridades motivou Azucena Villaflor de Vicenti a propor a um grupo de mães um encontro, uma reunião na Praça de Maio em Buenos Aires. “Elas elaboraram um abaixo assinado em que pediam “a verdade”, como a única maneira de “saber se os seus filhos estão vivos ou mortos e onde estão?”.” (DE PAULA, 2016, p.3)

O encontro aconteceu, então, em 30 de abril de 1977, em decorrência da falta de notícias de seus filhos desaparecidos. Elas se reuniram nesse espaço a fim de entregarem uma carta ao General Jorge Videla. Havia esperança de se conseguir informações dessas pessoas desaparecidas que, para elas, estavam detidas. (PONZIO, 2007)

“Nós não fazemos manifestações, viemos testemunhar nossa dor, tiraram nossos filhos, pedimos ao governo que nos digam onde estão, o que lhes passou.” (BOUSQUET, 1983, p.48) Os encontros, que eram semanais, passaram a contar com cada vez mais mulheres, partindo de um grupo de 14 para mais de 200 mulheres conforme as reuniões foram acontecendo. Contudo, suas demandas não eram atendidas. (PONZIO, 2007)

Ao longo desse processo de busca por seus filhos, as mães foram capazes de obter indicações sobre os métodos utilizados na repressão estatal. Esses indícios, somados ao silêncio

do governo, motivaram a busca pela exigência da verdade. Essa verdade, entretanto, mudou conforme a percepção dessas mulheres de que muitos de seus filhos estavam presos, e não somente desaparecidos. (DE PAULA, 2016)

Conforme apontado por Gorini (2006), a abordagem das mães passou a ser a de reconstruir a sequência da detenção, passando pelo cativo clandestino e até mesmo pela tortura. Nessa abordagem era possível “compreender os desaparecimentos como parte integrante do método de repressão, implicando, assim, o uso do termo preso-desaparecido, em vez de apenas desaparecido, e a cobrança de responsabilidade do Estado.” (DE PAULA, 2016, p.3)

É pertinente notar que as marchas desse grupo de mães muitas vezes se davam no âmbito de caminhadas religiosas, onde essas mulheres utilizavam a reza para escapar das investidas dos policiais para passar informações a outras mulheres sobre os próximos encontros. A incorporação da religiosidade no movimento também foi uma forma encontrada por essas mulheres para se destacarem de outros movimentos de direitos humanos. (DE PAULA, 2016)

Outra maneira de se destacarem foi a utilização do Prego de Cristo, preso em suas roupas. Posteriormente houve a adoção das fraldas brancas, que eram usadas como lenços, amarradas na cabeça, representando, portanto, o elo entre as mães e os filhos desaparecidos. (DE PAULA, 2016).

Após o sequestro de algumas mães, as mulheres desse movimento optaram por institucionalizar o movimento e, com isso, posicionarem-se ainda mais visivelmente contra o regime opressor. A formalização passava uma ideia de proteção, de possibilidade de documentação dos encontros e fornecia mais legitimidade ao grupo, especialmente nos aspectos jurídicos e burocráticos. “Criar uma associação civil que compartilhasse com outros grupos resistência, informações e lutas, que tivesse maior visibilidade nacional, e até mesmo, internacional, era uma chance de recorrer às Comissões de Direitos Humanos no exterior.” (CASTELLI, 2012, p.3)

A luta dessas mulheres pauta-se, ainda hoje, nos encontros na Praça de Maio, em Buenos Aires, feitos todas as quintas-feiras. Ao longo dos anos, essas mulheres utilizaram-se principalmente da visita de figuras importantes ao local, visibilizando ainda mais, com isso, a sua luta. Diferentemente das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo, que foram silenciadas mesmo dentro dos movimentos nos quais participaram ativamente da construção,

das Mães da Praça de Maio seguem sendo referência na militância a favor do Direitos Humanos e seguem buscando respostas acerca do desaparecimento – e dos corpos – de seus filhos.

Considerações Finais

O período ditatorial no Brasil e na Argentina foi palco de diferentes formas de insurgências populares, sendo a maioria delas a favor dos direitos humanos e contra as opressões feitas pelos regimes. Entretanto, outros movimentos também floresceram, pautando suas ações políticas em questões menos relacionadas diretamente a ditadura, e mais as políticas estatais de forma mais ampla.

Dois exemplos que figuram nesse cenário são os dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo, que se encaixam no modelo de militância pró políticas públicas que atendessem as demandas da comunidade; e as Mães da Praça de Maio, que fazem parte de um movimento mais amplo em favor dos direitos humanos e contra o regime militar.

Há, entre os dois movimentos estudados, semelhanças e diferenças. Após analisar uma pequena parte da literatura sobre o assunto, é possível observar que as semelhanças entre as mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e as Mães da Praça de Maio se dão principalmente através de uma das formas de atuação, que é a coleta de assinaturas e a entrega de abaixo-assinados às autoridades; no perfil dessas mulheres, que não é homogêneo: nele há mulheres de diferentes classes (ainda que, no caso das mães de São Paulo, as mulheres sejam da periferia paulistana, em sua maioria); e na própria formação de uma coletividade com base nas vivências da maternidade, que é o principal elo entre essas mulheres dentro de suas associações.

Com relação as diferenças, a mais básica delas se dá nas características de suas reivindicações. Enquanto as mulheres paulistanas aqui estudadas militavam por acesso a escolas e creches para seus filhos, pela redução do custo de vida e até mesmo por melhorias estruturais e no transporte público, as mães argentinas pautavam a sua luta na busca por informações acerca de seus filhos desaparecidos. Outra diferença pode ser observada, também, na própria formação desses movimentos. Se por um lado os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo emergiram de encontros feitos dentro da Igreja, as Mães da Praça de Maio surgiram quase que espontaneamente, em resposta ao desaparecimento de algumas pessoas e a consequente indagação das mães desses desaparecidos.

Em suma, é possível concluir que, apesar das semelhanças e diferenças, ambos os grupos possuem grande relevância não apenas para a historiografia dos movimentos sociais, mas também para todos aqueles que hoje desfrutam de melhores políticas públicas na cidade de São Paulo, no caso brasileiro, e para todas as pessoas que foram impactadas, direta ou indiretamente, pelo regime ditatorial argentino, no outro caso.

Referências Bibliográficas

Azevedo, J; Barletta, J. (2011) O Cedem e os documentos dos Clubes de Mães da Região Sul (SP). *Cadernos Cedem*, v.2, n.2, 201

Azevedo, D.; Sanjurjo, L. (2013) Between dictatorships and revolutions: narratives of Argentine and Brazilian exiles. *Revista Vibrant*, 10(2), 305-338

Bousquet, J. P. (1983) *Las locas de Plaza de Mayo*. Buenos Aires: El Cid.

Castelli, N. D. (2012) *Conhecendo as Mães da Praça de Maio*: ensaio do perfil da associação. Anais eletrônicos do XI Encontro Estadual de História. Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Rio Grande – RS – Brasil.

De Paula, A. das G. (2016) *Os Movimentos de Mulheres na Ditadura*: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina) e o Movimento Feminino pela Anistia (Brasil). Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina.

Diniz, C. A. N. (2017) *Gênero e a História social das mulheres*; o surgimento do Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo sob a influência da teologia da libertação no início da década de 1970. Anais do V Simpósio Internacional em Educação Social.

Diniz, C. A. N. (2018) O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais de periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo (1972-1988). Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

Fico, C. (2013) Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi* (Rio de Janeiro), 14 (27), 239-261

Freitas, R. de C. S. (2002) Famílias e Violência: Reflexões Sobre as Mães de Acari. *Psicologia USP*, 13 (2), 69-103.

Gorini, U. (2006) *La Rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma.

Machado, A. J. P.; Nóbrega, N. C. F. (2016) *Plata o plomo?* Desempenho econômico dos países sul-americanos pós-regimes autoritários. Anais do 40º Encontro Anual da ANPOCS.

Marcos, N. C. (2008) La memoria insurgente de las Madres de Plaza de Mayo en la lucha por los Derechos Humanos. *Anuario de Acción Humanitaria y Derechos Humanos*, Universidad de Deusto, 87-100.

Ponzio, M. F. G. de A. (2007). A Praça da Memória: o cenário das Madres de Plaza de Mayo. *Revista Palimpsesto*, 6(6), 1-7

Rapoport, M.; Laufer, R. (2000) Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. *Revista Brasileira Política Internacional*. 43 (1), 69-98.

Santiago, V. (2019) A maternidade como resistência a violência de Estado. *Cadernos Pagu* (55).

Taschner, S. P.; Bógus, L. M. M. (2001) São Paulo: o caleidoscópio urbano. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 15(1)

Teles, M. A. de A. (1999) *Breve História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Veiga, A. M. (2007) Memórias do feminismo: repressão e invisibilidade (Brasil e Argentina pós-1968). *Revista História Oral*, 10, (1), 93-112